

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

JOSÉ A. CAMARGO¹

PRINCÍPIOS DE PROBIDADE E BOA-FÉ² (Principle of probity and good faith)

SUMÁRIO: 1 INTRODUÇÃO; 2 A GÊNESE DOS PRINCÍPIOS DE PROBIDADE E BOA-FÉ; 3 A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO; 4 O PRINCÍPIO DA BOA FÉ NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO; 4.1 O princípio da boa-fé objetiva; 4.2 O princípio da boa-fé subjetiva; 4.3 O princípio da probidade; 5 ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL; 5.1 Superior Tribunal de Justiça; 5.2 Supremo Tribunal Federal; 6 CONCLUSÃO; 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

RESUMO: Os princípios de probidade e boa-fé encontram abrigo na própria essência da sociedade humana, pois tutelam todas as relações decorrentes do convívio social. Este princípio é basilar à própria dignidade da pessoa humana sob o qual se abriga todo o ordenamento jurídico pátrio. De índole constitucional, a sua aplicabilidade e importância se manifestam nas declarações de vontade, nos negócios e nos atos jurídicos, expressões próprias das relações de direito que nascem entre os homens que são obrigados a observá-los ou a resguardá-los na interpretação, conclusão e execução dos contratos correspondentes. Assim, a questão primordial sobre os princípios de probidade e boa-fé relaciona-se com a sua observância para assegurar a função social do contrato, cláusula geral que condiciona a validade dos negócios e demais atos jurídicos. Os preceitos direcionam a própria atividade jurisdicional, solicitando do magistrado uma ação *ex-officio* quando requerido pelo caso concreto.

PALAVRAS-CHAVE: boa-fé objetiva, boa-fé subjetiva, probidade, função social, contrato.

ABSTRACT: The principles of probity and good faith find shelter in the essence of human society, because are under their jurisdiction all the relations from social living together. This principal is fundamental to the dignity of the human person, which is the vector of the Brazilian legal system integer. A constitutional nature, its applicability and importance manifest in the declarations of will, business and legal acts, expressions own law relationship that arises between men who are obliged to observe tem or defend them in the interpretation, conclusion and implementation of corresponding contracts. So, primary question about the principles of integrity and good faith is how they relate to compliance that ensure the social function of contract, general clause which makes the validity of business and other legal acts. The statutes direct the court's own activity, requiring a judge's action *ex-officio* when demanded by de the case.

¹ Aluno do Mestrado em Ciências Jurídicas, Cesumar – Centro Universitário de Maringá – Pr. E-mail: zé.camargo@estado.com.br

² *Paper* apresentado ao Mestrado em Ciências Jurídicas, disciplina ***Liberdades Individuais e Função Social dos Contratos***, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Prof. Dr. Wanderlei de Paula Barreto.

KEY WORDS: good faith objective, subjective good faith, integrity, social function, contract.

1 INTRODUÇÃO

Os princípios de probidade e boa-fé encontram abrigo na própria essência da sociedade humana, pois disciplinam todas as relações decorrentes do convívio social, como corolários do princípio da função social do contrato, basilar da dignidade da pessoa humana, que se vincula nas relações privadas, ao princípio da autonomia da vontade também denominada autonomia da vontade privada.

De índole constitucional, a sua aplicabilidade e importância se destacam nas declarações de vontade, nos negócios e nos atos jurídicos manifestações próprias das relações de direito que nascem entre as pessoas e que são obrigadas a observá-lo ou a resguardá-lo na interpretação, conclusão e execução dos contratos correspondentes, e até mesmo nas tratativas pré-contratuais correspondentes. De modo que as relações de direito subordinam-se na sua plenitude aos princípios de probidade e boa-fé sob pena de perderem a sua integridade jurídica.

Assim, a questão primordial sobre os princípios de probidade e boa-fé diz respeito ao seu acatamento e a sua observância para assegurar a função social do contrato, cláusula geral que condiciona a validade dos negócios e demais atos jurídicos.

O *paper* se propõe a analisar o princípio à luz da doutrina, da jurisprudência e da sua concretude no âmbito das relações de direito entabuladas no contexto do arcabouço jurídico-social pátrio e objetiva também esclarecer se cabe e em que circunstâncias, à Corte Maior analisar, no caso concreto, a sua índole constitucional em sede de recurso extraordinário.

2 A GÊNESE DOS PRINCÍPIOS DE PROBIDADE E BOA-FÉ

As relações sociais e econômicas expressam-se, fundamentalmente, pelo “negócio jurídico [que] é, em consequência, o instrumento por excelência da vida econômica e social e os preceitos legais”³, balizado pelos princípios de índole constitucional da função social, de probidade e boa-fé, da onerosidade excessiva ou desproporção da prestação, da base do negócio. Estes são próprios das relações

³ GOMES, Orlando. *Introdução ao Direito Civil*, p. 300.

privadas, mas de observância obrigatória também nas relações público-privadas, e traduzem a dignidade da pessoa humana numa “sociedade livre, justa e solidária”, capitaneada pelos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa que “garantam o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais e promovam o bem de todos”.

A boa-fé ostenta uma natureza de cunho constitucional fluindo dos princípios constitucionais da liberdade, porque ligada à vontade, da igualdade e da solidariedade como meios ou recurso que asseguram o abrigo ou resguardo da confiança. A igualdade, como princípio, orienta o direito privado desde o direito romano cujo fundamento é a ação estribada na liberdade, existe uma preocupação com “o equilíbrio e a adequação para além da forma, no direito civil, desde as *responsa* [orientações] dos *jurisprudentes* [jurisconsultos], que tinham por objetivo constituir uma igualdade com dimensão mais real e profunda”.⁴ Nesse sentido, “se revela a proteção da confiança com uma das exigências de igualdade [uma vez que] o exercício de posições jurídicas é condicional e que, em certas situações, prevalecem os elementos de crença legítima e previsibilidade”.⁵

Assim, o princípio de igualdade, do qual a boa-fé é elemento de fundamental importância no âmbito das relações sociais, é o alicerce da confiança que precede à realização da vontade ou do consentimento. Dito de outro modo, “a confiança surge das diversas manifestações da boa fé no âmbito das relações jurídicas”.⁶ Ampliando a compreensão do preceito, as normas contidas na CF/88, art. 3º, III e IV, também se caracterizam pela boa-fé, como corolário da igualdade, no sentido de que a “erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos”, oriundos do “desenvolvimento nacional” (art. 3º, II), dependem deste preceito universal e inerente a todas as relações que emergem no âmbito social. Não se pode falar numa sociedade livre, justa e solidária, sem que nela habite os princípios da probidade [à busca da justiça, do equilíbrio, igualdade nas prestações obrigacionais, que propugnam pela segurança das relações jurídicas] e da boa-fé, mediante um de seus elementos estruturais, a confiança. É um preceito cujo valor extrai-se da honestidade, integridade de caráter, no seu aspecto subjetivo, e que não reconhecido, “conspurca a moralidade, a honestidade,

⁴ GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. **Princípio da Boa-Fé Perspectivas e Aplicações**, p. 53.

⁵ *Ibidem*.

⁶ CORDEIRO, Antonio Manoel da Rocha e Menezes. **Da Boa-Fé no Direito Civil**, p. 1242.

a lisura dos negócios [jurídicos], o desempenho legítimo e reto do comportamento humano”,⁷ e da boa-fé, nos seus aspectos subjetivo e objetivo.

A boa-fé é íntima da solidariedade na medida em que impõe um comportamento “solidarístico” em desfavor de uma concepção egoísta da relação negocial, assumindo, destarte, uma qualificação comunitária e um caráter moral transcendendo o “egotismo do primeiro eu”, e se incorporou ao ordenamento jurídico como preceito constitucional humanitário, incluindo no seu arquétipo a idéia de confiança, ou de probidade e boa-fé. Essa conexão principiológica constrói uma relação mútua e simbiótica, mutuamente vantajosa, de compartilhamento, dos “ganhos e das perdas”, e a “certeza” de que “nenhuma parte explorará a solidariedade da outra numa troca, envolvendo a idéia de não exploração”.⁸ Deflui assim que o princípio da boa-fé liga-se à confiança e à solidariedade [à liberdade e à justiça] um dos objetivos fundamentais da República brasileira (CF/88, art. 3º, inc. I).

Resumindo, três princípios se sobressaem na constitucionalização do direito civil: a proteção da dignidade da pessoa humana como vetor constitucional que paira acima de todo o ordenamento jurídico em desprestígio da visão predominantemente patrimonialista, numa concepção Kantiana; a solidariedade social, outro objetivo fundamental da República; ao qual se juntam a ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa e tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, o que compreende ainda a erradicação da pobreza⁹ e das desigualdades sociais e regionais.

Neste contexto ou arcabouço jurídico-humanista, inserem-se os princípios de probidade e boa-fé no Código Civil de 2002, no artigo 422, cujo teor clarifica: “Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.” E esta tem sido uma tendência no último século ou, dito de outro modo, nos sistemas do *civil law* houve um movimento em prol da inclusão do princípio geral da boa-fé nos ordenamentos jurídicos. “Este princípio tem se tornado universalmente importante e pode ser encontrado no ordenamento de diversas jurisdições bem como em tratados e

⁷ BULOS, Uadi Lammego. **Curso de Direito Constitucional**, p. 819.

⁸ GONÇALVES, C. de J. M. Op. cit., p. 53 e 54.

⁹ TARTUCE, Flávio. **Função Social dos Contratos do Código de Defesa do Consumidor ao Código Civil de 2002**, p. 83 e 84.

convenções internacionais.”¹⁰ Alguns países, entretanto, não reconhecem a doutrina da boa-fé em seus sistemas jurídicos, como a Inglaterra, por exemplo.¹¹ Entretanto, mesmo nesses, “é possível a extração de certos princípios e cláusulas gerais dos julgados proferidos, [não havendo], entretanto, uma norma jurídica rígida [que estabeleça] um determinado padrão de conduta [com aquele preceito]”.¹²

A boa-fé, vetor das relações oriundas da vida em sociedade desde os primórdios da raça humana, remonta ao direito romano por meio das *bonae fidei iudicia* – ações de boa-fé –, cuja margem decisória do árbitro era mais ampla, embora “a história da boa-fé, quando reportada ao direito romano, [não se configure] como um caminho seguro e eficiente para a sua definição”.¹³ São vários os pontos de contato entre a cláusula geral ou princípio da boa-fé objetiva e a *bonae fidei iudicia* notadamente mediante a delegação de poderes ao magistrado para a sua conformação de acordo com as circunstâncias do caso concreto.¹⁴ Ampliando o conceito, pode-se afirmar que “boa-fé, do latim *bona fides*, significa boa-confiança e representa a convicção de alguém que acredita estar agindo de acordo com a lei, na prática ou omissão de determinado ato”.¹⁵ Daí as construções ou máximas do direito romano: “Qui auctore iudice comparavit, bonae fidei possessor est (*Ulpiano: 1.137, D., de regulis iuris, 50,17*). *Aquele que adquire com autorização do juiz é possuidor de boa-fé.*”¹⁶ “Fides bona contraria est fraudi et dolo (*Paulo: 1.3, § 3, D., pro sócio 17, 2*). *A boa-fé é contrária a fraude e ao dolo.*”¹⁷ “Bona fides non patitur, ut bis idem exigatur (*Gayo: 1.57, D., de regulis iuris, 50, 17*). *A boa-fé não permite que a mesma coisa seja exigida duas vezes.*”¹⁸

Pode, ainda, ser encontrada a boa-fé no Código Napoleônico, *Code Civil des Français*, especificamente no artigo 1135 que estatua: “As convenções legalmente constituídas vinculam aqueles que as constituíram. Podem ser revogadas apenas com consentimento mútuo ou nos casos em que a lei permite. Os convenientes

¹⁰ MATHIA, Joana. *Good Faith In Commercial Contracts: A Comparative Study of English and Brazilian Law*. Revista do Curso de Direito da UNIFACS, No 109 (2009). Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/728> Acesso e 18/08/2009.

¹¹ Ibidem.

¹² GURGEL, Fernanda Pessanha do Amaral. *Direito de Família e o Princípio da Boa-Fé Objetiva*, p. 100 e 101.

¹³ NEGREIROS, Tereza. *Fundamentos para uma Interpretação Constitucional do Princípio da Boa-Fé*, p. 29.

¹⁴ Ibidem, p. 40.

¹⁵ ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Dicionário Jurídico Brasileiro Acquaviva*, p. 242.

¹⁶ Ibidem, p. 243.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

devem executá-las de boa-fé.”¹⁹ Ressalve-se que, entretanto, “o princípio da boa-fé estava inteiramente diluído pela presença hegemônica do dogma da autonomia da vontade”²⁰ então preponderante, que era então um preceito quase que ilimitado e absoluto qualificado pelo liberalismo nas relações sociais.

Destacando a relevância do princípio o artigo 2.2 da Carta da ONU, sob o Capítulo I, Propósitos e Princípios, estabelece: “Todos os Membros, a fim de assegurarem para todos em geral, os direitos e vantagens resultantes de sua qualidade de Membros, deverão cumprir de boa-fé as obrigações por ele assumidas de acordo com a presente Carta.” No mesmo diapasão, a Convenção de Viena Sobre o Direito dos Tratados, uma iniciativa das Nações Unidas, adotada em Viena, Áustria em 26 de maio de 1969 e que entrou em vigor internacional em 27 de janeiro de 1980, pauta-se entre outros pelos “princípios do livre consentimento e da boa-fé e a regra *pacta sunt servanda*, universalmente reconhecidos”. E convencionou que “um tratado deve ser interpretado de boa-fé segundo o sentido comum atribuível aos termos do tratado em seu contexto e à luz de seu objetivo e finalidade”. O tratado dispõe, ainda, que “é nulo um tratado cuja nulidade resulta das disposições da presente Convenção” e que “as disposições de um tratado nulo não têm eficácia jurídica”. Se, todavia, “tiverem sido praticados atos em virtude desse tratado, de boa-fé, antes de a nulidade tiver sido invocada, não serão tornados ilegais pelo simples motivo da nulidade do tratado”.

O Direito Europeu dos Contratos, na Directiva 86/653/CEE, regula “Obrigações impostas às partes no contrato” (artigos 3º a 5º) determinando ao agente comercial um “dever irrenunciável de zelar pelos interesses do comitente e agir lealmente e de boa-fé, que inclui a obrigação de o agente se aplicar devidamente na negociação e, se for caso disso, na conclusão das operações de que esteja encarregado.”

O Código Civil Português, artigo 239º, dispõe que “na falta de disposição especial, a declaração negocial deve ser integrada de harmonia com a vontade que as partes teriam tido se houvessem previsto o ponto omissis, ou de acordo com os ditames da boa-fé, quando outra seja a solução por eles imposta”, “configurando-se como cânone interpretativo-integrativo”.²¹ Mas é no artigo 762º (“no cumprimento da

¹⁹ Tradução livre.

²⁰ NEGREIROS, T. Op. cit., p. 45.

²¹ Ibidem, p. 58.

obrigação, assim como no exercício do direito correspondente, devem as partes proceder de boa-fé”) é que se localiza “o núcleo legislativo em torno no qual a jurisprudência se orienta para decidir em conformidade com a boa-fé”.²²

Em que pese o registro, foi somente como resultado da doutrina e da jurisprudência alemã que os contornos atuais da boa-fé objetiva fincaram raízes no direito ocidental se difundindo pelos diversos ordenamentos jurídicos, frutificando desde o § 242 do BGB – Código Civil alemão, que dispõe: “O devedor está adstrito a realizar a prestação tal como o exija a boa-fé, com consideração pelos costumes do tráfego [negócio].”²³

Destaca-se, nesse sentido,

a doutrina da base do negócio jurídico, criada por Oertmann (*Geschäftsgrundlage* [base do negócio]), e posteriormente desenvolvida por Larenz (*Geschäftsgrundlage*), está fundada na cláusula geral da boa-fé (BGB § 242 e CC 422). [...] Constitui-se como evolução e aperfeiçoamento das antigas teorias da pressuposição (*Windscheid, Voraussetzung* [condição]) e da imprevisão (oriunda do direito romano²⁴ – *cláusula rebus sic stantibus*), ambas insuficientes para solucionar adequadamente os problemas advindos do desequilíbrio contratual e da quebra da proporcionalidade entre as prestações. “Base do negócio (*Geschäftsgrundlage*) é a representação de uma das partes, no momento da conclusão do negócio jurídico, conhecida em sua totalidade e não obstaculizada pela outra parte, ou a comum representação das diversas partes contratantes sobre a existência ou aparição de certas circunstâncias, nas quais se funda a vontade negocial”. [...] Porque fundada na boa-fé objetiva, na confiança e na *culpa in contrahendo*, subsumindo-se ao BGB § 242 e ao CC 422, a doutrina é aceita nos países civilizados [Brasil, Itália Alemanha, por exemplo].²⁵

No Código Civil pátrio, “o novo sistema jurídico do Direito Privado impõe às partes que resguardem, tanto na execução quanto na conclusão do contrato, os princípios da probidade e da boa-fé”²⁶, aos quais se referiu preliminarmente. Se no sistema revogado do CC/1916 a doutrina encarava a boa-fé como regra de conduta ou como princípio geral do direito, o novo Código “prevê, como cláusula geral, a boa-fé objetiva [prescrevendo ainda] que nenhuma convenção prevalecerá se contrariar

²² NEGREIROS, T. Op. cit., 58.

²³ Ibidem, p. 49.

²⁴ “Criação canônica, embora romanos a ela se referissem claramente, a “latinamente bruta, mas conceitualmente enérgica” cláusula *rebus sic stantibus*, teve origem no princípio de moral cristã que considerava injusto o lucro de alguém derivado da mudança ulterior das circunstâncias sob o império das quais as obrigações foram estipuladas. Princípio medieval de moral e de direito, não é exatamente – como afirmam alguns – conquista do direito moderno, pois sua origem lança profundas raízes nos mais remotos socavões da história.” In: NEVES, Geraldo Serrano. **Teoria da Imprevisão e Cláusula Rebus Sic Stantibus**. Edição Libe E-book Brasil. Copyright: © 2001-2006 Paulo Mauricio Serrano Neves

²⁵ NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil Anotado e Legislação Extravagante**, p. 339.

²⁶ Ibidem, p. 338.

preceitos de ordem pública”, como aqueles relacionados com a função social do contrato, cabendo, ao intérprete uma visão principiológica do sistema.²⁷ Entretanto, o Código Comercial de 1850, art. 141, I, já previa: “A inteligência simples e adequada que for mais conforme a boa-fé e ao verdadeiro espírito e natureza do contrato, deverá sempre prevalecer à rigorosa e restrita significação das palavras”, conteúdo que traduzia já então “a boa-fé objetiva como cláusula geral e o princípio da função dos contratos, mas que não teve, no mundo jurídico, o respeito e a atenção merecidos.²⁸ O Código consumerista nos seus artigos 4º, III e 51, IV, adotou a “cláusula geral de boa-fé, que deve reputar-se inserida e existente em todas as relações jurídicas de consumo, ainda que não inscrita expressamente no instrumento contratual”.²⁹ De abrangência universal,

o princípio é praticamente universal e consta dos mais importantes sistemas legislativos ocidentais, em leis e normas de proteção do consumidor. É o caso, por exemplo, do § 9º da AGB-Gesetz alemã [...]; do art. 16 do Decreto-Lei português nº 446/85; do art. 10, I, c, da lei espanhola de proteção ao consumidor (Ley nº 20/1984, de 19 de julho).³⁰

A boa-fé subjetiva, tal como inserida no artigo 113 do Código Civil (“os negócios jurídicos serão interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração”), “[cuida] da intenção e do comportamento efetivo das partes na conclusão do negócio jurídico [assumindo] a natureza jurídica de regra de interpretação do negócio jurídico” cujo sentido deve ser orientado pela intenção das partes (CC art. 112).³¹

A conclusão dessa análise célere sobre as raízes da probidade e da boa fé conduz ao entendimento de que a função social, a probidade e a boa fé como preceitos de ordem pública, quando ignorados agridem a integridade do contrato e violam, em conseqüência, direitos fundamentais. Trata-se de direitos ligados à personalidade, porque inerentes à dignidade humana, “um valor espiritual e moral inerente a pessoa [e que se constitui num] mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar”.³²

²⁷ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A. Op. cit., p. 339.

²⁸ TARTUCE, F. Op. cit., p. 202.

²⁹ NERY JUNIOR, Nelson. **Da Proteção Contratual. A boa-fé como princípio basilar das relações de consumo**, p. 500.

³⁰ Ibidem.

³¹ TARTUCE, F. Op. cit., p. 205.

³² MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais. Teoria Geral**, p. 60.

3 A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO

O contrato, um “negócio jurídico bilateral (ou plurilateral), cuja finalidade é criar, regular, modificar ou extinguir vínculo jurídico patrimonial entre as pessoas que o celebram”,³³ condiciona-se ou limita-se por princípios dentre os quais sobressai a sua função social. A função social “significa a prevalência do interesse público sobre o privado”,³⁴ e é uma cláusula geral de matriz constitucional, cuja origem se encontra nos fundamentos e objetivos precípuos da República. Dentre esses sobressaem-se aqueles direcionados à “[consecução e manutenção] da dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a construir uma sociedade livre, justa e solidária, a garantir do desenvolvimento nacional, a erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, [e à] promoção do “bem de todos”, uma vez que os qualifica e configura.³⁵ Mas, pode-se visualizar o preceito até mesmo no preâmbulo da Constituição, eis que esta, mediante a instituição de um Estado Democrático, propõe-se a “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social”.

Abrindo uns parênteses, o que se tem é que a Constituição traduz, por meio de seus objetivos fundamentais, “enunciação de princípios, não se esgotando, simplesmente, pela intelecção da Lex Mater, que deve ser analisada em conjunto com os artigos 1º, 3º e 4º. O certo é que a norma traz os objetivos definidos como categorias fundamentais”, instrumentalizadas mediante princípios³⁶ tais como a função social – da propriedade, do contrato – este muitas vezes, oriundo daquele, ambos com valor econômico, mas não com a finalidade eminentemente capitalista, por óbvio. Isto porque a função social opera como um vetor que orienta a produção, circulação e a distribuição de riquezas e geração de tributos, em harmonia com os fundamentos e objetivos fundamentais macros da Constituição. As relações de consumo, inerentes a função social, deve “compatibilizar a necessidade de

³³ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A. Op. cit., p. 332.

³⁴ TALAVERA, Glauber Moreno. **A Função Social do Contrato no Novo Código Civil**. Revista CEJ. Brasília, n. 19, p. 94-96, out./dez. 2002.

³⁵ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A. Op. cit., p. 336.

³⁶ BULOS, U. L. **Curso de Direito Constitucional**, p. 399.

desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios no quais se funda a ordem econômica (art. 170, CF/88), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores”.³⁷ A função social não pode ser compreendida a par da Lei Maior e nem como um instrumento balizador de realizações puramente econômicas, sob pena de fazer tabula rasa da dignidade da pessoa humana que abrange todos os demais fundamentos e objetivos de natureza constitucionais e que se manifestam, também, nas diversas relações sociais, nas quais se sobressaem os direitos de personalidade. O valor moral insculpido na função social transcende sua face materialista. Cabe, aqui, referência ao qualificativo “valores supremos”³⁸, relacionado ao exercício de direitos sociais e individuais, entre outros, inserido no preâmbulo como estruturantes de uma sociedade fraterna, questionado por constitucionalistas renomados³⁹. Essa inclusão que traduz a intenção e a preocupação do poder constituinte originário, em situá-los de tal modo que orientassem qualquer atividade no ambiente social, o que não se pode olvidar, sob o auspício do Texto Constitucional.

A função social da propriedade, por exemplo, atrelada aos artigos 5º, XXIII; 170; 182, § 2º; e 186, *caput*, da Constituição, “é a destinação economicamente útil da propriedade, em nome do interesse público, [cujo] objetivo é otimizar o uso da propriedade, de sorte que não possa ser utilizada em detrimento do progresso e da satisfação da comunidade”.⁴⁰ Possui “função [instrumental que exige, como norma constitucional de natureza cogente,] das partes se pautarem pelos valores da solidariedade, da justiça social, da livre iniciativa, o respeito à dignidade da pessoa humana, aos valores ambientais, etc.”⁴¹ Destaque-se que os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa “garantem ao homem a sua subsistência e o crescimento do país”⁴² numa intrincada rede de relações negociais que se expressam, o mais das vezes, por intermédio de contratos ou ajustes de natureza diversa. Daí se

³⁷ FILOMENO, José Geraldo Brito. ***Da Política Nacional de Relações de Consumo, Harmonização dos Interesses dos Consumidores e dos Fornecedores***, p. 53 e 60. In: GRINOVER, Ada Pellegrini et alli. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor* comentado pelos autores do anteprojeto. 6 ed. rev. e atual. até julho de 1999. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

³⁸ BULOS, U. L. Constituição Federal Anotada, p. 67: “No preâmbulo, nota-se uma impropriedade [...]: qualificam-se de valores supremos (são seis os nominados), quando apropriado seria se dissesse ‘superiores’. [...] Certo seria se a Constituição qualificasse os valores alinhados no Preâmbulo de superiores, tal como fez a Constituição da Espanha, de 1978.” (Eduardo Silva Costa, *Os valores e a Constituição de 1988*, RIL, 109:61-2).

³⁹ Ibidem, p. 67.

⁴⁰ Idem. ***Curso de Direito Constitucional***, p. 472.

⁴¹ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A. Op. cit., p. 336.

⁴² MORAES, A. de. Op. cit., p. 61.

infeere que a função social implica no inter-relacionamento entre aqueles preceitos ligados diretamente ao objeto de natureza econômica – proibidade, boa-fé, vedação de cláusulas abusivas, vedação de onerosidade excessiva, desequilíbrio entre as partes, – e aqueles a ele relacionados indiretamente e dos quais derivam solidariedade, justiça, igualdade, etc., todos ligados à dignidade da pessoa humana no que concerne à sua concretude.

Por exemplo, a propriedade ou empresa rural – assim como qualquer outra atividade econômica – deve ser explorada dum modo que leve em conta a necessidade coletiva no que tange, especificamente falando, da preservação do equilíbrio do meio ambiente ou um exercício sustentado, que exige do poder público intervenção, no caso de sua inobservância. Caso não cumpram sua função social, se sujeitam, até mesmo, à desapropriação em favor do domínio público⁴³ e à interrupção de suas atividades, além de obrigação de recuperação do meio ambiente deteriorado ou destruído. A essas situações de exploração de atividades econômicas liga-se o contrato como instrumento catalisador dos interesses em “jogo”, sujeito a revisão jurisdicional, quando contrarie os princípios e valores referidos, de natureza ou índole constitucional e de ordem pública⁴⁴. E essa revisão parece merecer a atenção do Tribunal Maior, uma vez que os princípios em conflito possuem uma natureza nitidamente constitucional, o que não parece ser a inteligência daquela Corte que tem considerado a ofensa a função social do contrato e seus consectários como uma violação apenas indireta dos preceitos constitucionais dos quais derivam.

Inserida no artigo 421 do Código Civil, cuja redação verbaliza “a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”, o preceito que tem raiz na autonomia privada e no respeito à ordem pública, que são cláusulas gerais⁴⁵ constitucionais [instrumentais], baliza a própria

⁴³ BULOS, U. L. Op. cit., p. 472.

⁴⁴ Dec. 88.777/83. 30/12/83: (Art, 2º, 21) “**Ordem pública** – Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum.”

⁴⁵ “As cláusulas gerais (*Generalklauseln*) são normas orientadoras sob a forma de diretrizes, dirigidas principalmente ao juiz, vinculando-o ao mesmo tempo em que lhe dá liberdade para decidir. São formulações contidas na lei, de caráter significativamente genérico e abstrato, cujos valores devem ser preenchidos pelo juiz, autorizado para assim agir em decorrência da formulação legal da própria cláusula geral, que tem natureza de diretriz. [...] Permitem ao juiz preencher os claros com os valores designados para aquele caso para que se lhe dê a solução que parecer mais correta. [A função das

essência das relações negociais. São cláusulas ou princípios macros que limitam ou conformam a atuação jurisdicional de tal modo que, no caso concreto, “propiciam ao juiz transformar a expressão abstrata e estática da lei em situação e normatização concreta: o juiz integra (faz parte do contrato)”.⁴⁶

Nesse ambiente sócio-jurídico se inserem os princípios da probidade e da boa-fé, que como cláusulas gerais permitem ao intérprete dar sentido ao negócio jurídico “em consonância com a principiologia do sistema. A boa-fé objetiva é cláusula geral enquanto que a boa-fé subjetiva, inserida no CC art. 113, se qualifica como técnica de interpretação contratual”.⁴⁷ Como cláusula geral, decorrente da função social do contrato, “tudo que se disser sobre a boa-fé objetiva poderá ser considerado como integrante, também, da cláusula geral da função social do contrato”.⁴⁸ O princípio exige das partes um comportamento que, se e quando ignorado precipita “a possibilidade de revisão dos contratos pela incidência da *cláusula rebus sic stantibus* [teoria da imprevisibilidade], a possibilidade de argüir-se a *exceptio doli*”⁴⁹, [...] entre outras aplicações do princípio”.⁵⁰ Para que seja caracterizado o dolo é “suficiente que o artifício utilizado de má-fé por outrem seja capaz de sugerir a prática de um ato que, sem esse expediente, não se realizaria da forma como [foi] realizado”,⁵¹ ou seja, “a anulação do contrato por dolo, espécie de vício do consentimento, é a sanção decorrente da quebra do dever de lealdade”.⁵²

cláusulas gerais] permite maior flexibilidade ao sistema interno do CC.” In: NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A. Op. cit., p. 142.

⁴⁶ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A. Op. cit., p. 336.

⁴⁷ Ibidem, p. 338.

⁴⁸ Ibidem, p. 336.

⁴⁹ “No Direito romano, essa *exceptio* tinha duplo papel defensivo, pois gerava a sua bipartição em *exceptio doli specialis* e *exceptio doli generalis*. A primeira seria uma impugnação da base jurídica da qual o autor pretendia retirar o efeito juridicamente exigido; havendo dolo essencial [A essencialidade é um dos requisitos para a tipificação do dolo. O dolo essencial (*dolus causam dans*) torna o ato anulável por haver o vício do consentimento, sendo o dolo o fator decisivo, é aquele que sem o qual o ato jurídico não seria realizado. É causa determinante do ato. Art. 145 “São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa”.], toda a cadeia subsequente ficaria afetada. Já na *exceptio doli generalis*, mais utilizada, o réu contrapunha à ação o incurso do autor em dolo, em momento da discussão da causa. A exceção mais conhecida no direito pátrio é a do art. 476 do C.C. que é a *exceptio non adimpleti contractus* pela qual ninguém pode exigir que uma parte cumpra com sua obrigação, se primeira não cumprir a própria. Aponta Cristiano de Souza Zanetti que a *exceptio doli* pode estar evidenciado nos seguintes dispositivos do novel codex, arts. 175, 190, 273, 274, 281, 294, 302, 837, 906, 915 e 916.” In: LEITE, Gisele. **Roteiro sobre o princípio da boa fé objetiva**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 5, no 194. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1530> Acesso em: 8 set. 2009.

⁵⁰ NERY JUNIOR, Nelson. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor**, p. 438.

⁵¹ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A. Op. cit., p. 218.

⁵² LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Curso Completo de Direito Civil**, p. 347

Feitas essas observações pontuais, ligeiras, deflui-se que a função social do contrato expressa-se também pela “sua conclusão e execução em consonância com os princípios de boa-fé e probidade”. Relacionam-se estes, ainda, ao equilíbrio econômico entre as partes, o que propicia “a humanização das relações econômicas e sociais [...], a implementação de uma fraternidade e solidariedade sociais mais ostensivas”,⁵³ a redução das desigualdades sociais e de uma sociedade livre, justa e solidária. Nesse sentido a resolução do contrato por onerosidade excessiva, consoante o art. 478 do Código Civil,

que pode tornar a prestação desproporcional relativamente ao momento de sua execução, pode dar ensejo tanto à resolução do contrato (CC 478) quanto ao pedido de revisão contratual (CC 317), mantendo-se o contrato. Esta solução é autorizada pela aplicação, pelo juiz, da cláusula geral da função social do contrato (CC 421) e também da cláusula geral da boa-fé objetiva (CC 422). O contrato é sempre, em qualquer circunstância, operação jurídico-econômica que visa a garantir a ambas as partes o sucesso de suas lícitas pretensões. Não se identifica, em nenhuma hipótese, como mecanismo estratégico de que e poderia valer uma das partes para oprimir ou tirar proveito excessivo de outra. Essa idéia de sociabilidade do contrato está impregnada na consciência da população, que afirma constantemente que o contrato só é bom quando é bom para ambos os contratantes.⁵⁴

Nesse mister, o Enunciado 23 da Jornada de Direito Civil – STJ sedimentou que “a função social do contrato, prevista no novo Código Civil, não elimina o princípio da autonomia contratual, mas atenua ou reduz o alcance desse princípio quando presentes interesses metaindividuais ou interesse individual relativo à dignidade da pessoa humana”. A verbalização, por si só, realça a importância do vetor macro do ordenamento jurídico. Tem-se também o Enunciado 22 da mesma Jornada, que preconiza que “a função social do contrato, prevista no art. 421 do novo Código Civil, constitui cláusula geral que reforça o princípio da conservação do contrato, assegurando trocas úteis e justas”, o que revela a importância do objetivo fundamental da República na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

4 O PRINCÍPIO DA BOA FÉ NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

A boa-fé, como princípio de índole constitucional, o que restou analisado anteriormente, foi inserida no Código Civil nos artigos 187, relativo ao exercício de um direito, 113, sobre a interpretação da norma jurídica, 765, orientando a relação

⁵³ TALAVERA, G. M. Op. cit.

⁵⁴ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A. Op. cit., p. 358.

segurado e seguradora, e 422 que se refere à boa-fé como princípio contratual. No seu conteúdo nuclear “agrega uma exigência ético-social que é ao mesmo tempo de respeito à personalidade alheia e de colaboração com os demais”.⁵⁵

A sua qualificação constitucional impõe ao princípio da boa-fé “não simplesmente uma conduta negativa de respeito [de parte do contratante], senão de uma ativa colaboração com os demais, encaminhada a promover seu interesse”.⁵⁶ Pode-se acrescentar que os contratantes devem respeitar certas regras morais situadas no aspecto subjetivo, confundindo-se com lealdade e no aspecto objetivo, que é “a crença na existência de uma situação jurídica regular”⁵⁷ em conformidade com os preceitos legais aplicáveis e os princípios constitucionais da solidariedade, da fraternidade e da dignidade humana. De modo que, sob a proteção da boa-fé há a permissão de se mitigar o “rigor da antiga regra *pacta sunt servanda*, [concedendo ao contrário do que poderia parecer], mais segurança às partes”.⁵⁸

Avançando um pouco mais, tem-se que a realização da boa-fé pressupõe a conformação da conduta de acordo com o certo, “possível de ser observado pelo homem, como condição para a exigibilidade de conduta diversa e aplicação de sanção pela violação da norma, [...] o que exige coerência entre o ser, sua intenção e sua ação”.⁵⁹ De tal modo que “a cláusula contratual que ofender a boa-fé é nula” caracteriza-se como o instituto da lesão.⁶⁰

Completando o raciocínio, à boa-fé estão interligadas a culpa na formação do contrato, o abuso do direito, a modificação das obrigações na formação dos contratos e das obrigações por mudança das circunstâncias e a complexidade do conteúdo obrigacional.⁶¹

4.1 O princípio da boa-fé subjetiva

A boa-fé objetiva tem sido proclamada como “uma regra de conduta, também denominada “boa-fé lealdade”, tratando-se de uma exigência de conduta ética”,⁶² [caracterizando-se]

⁵⁵ LOUREIRO, L. G. Op. cit., p. 347.

⁵⁶ BETTI, Emilio. *Teoría general de las obligaciones*. Madrid. Revista de Derecho Privado, 1970.

⁵⁷ LOUREIRO, L. G. Op. cit., p. 347.

⁵⁸ Ibidem, p. 348.

⁵⁹ GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. *Princípio da Boa-Fé*, p. 5.

⁶⁰ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A. Op. cit., p. 220 e 222.

⁶¹ CORDEIRO, A. M. da R. e M.. Op. cit., p. 17.

⁶² GONÇALVES, C. de J. M. Op. cit., p. 7.

pela imposição de deveres, expressando-se na lealdade, na honestidade, na probidade e na confiança em um comportamento, [estando as partes] em todas as fases do contrato [inclusive na fase pré-contratual], sob o dever de agir de acordo com esses comportamentos.⁶³

No seu aspecto objetivo, relaciona-se “com a honestidade, lealdade e probidade com as quais a pessoa condiciona o seu comportamento”.⁶⁴ “[caracterizando-se como um dever de agir, um modo de ser pautado pela honradez, ligada a elementos externos, normas de conduta, padrões de honestidade socialmente estabelecidos e reconhecidos”,⁶⁵ exigindo das partes de uma relação jurídica comportar-se com confiança e lealdade, com retidão e honradez atreladas ao fiel cumprimento das obrigações contraídas.⁶⁶ Como preceito de ordem pública submete-se ao artigo 2035, parágrafo único, do Código Civil: “Nenhuma convenção prevalecerá se contrariar preceitos de ordem pública, tais como os estabelecidos por esse Código para assegurar a função social da propriedade e dos contratos”, pois esses qualificam a situação jurídica de cada indivíduo como de interesse de toda a sociedade, não podendo ser modificados pela vontade do particular.⁶⁷ Assim, “as normas impostas ao particular devem ser obedecidas à bem da paz social, valor que, pertencendo a todos indistintamente, é superior aos de um só indivíduo”,⁶⁸ regra constante no Digesto, segundo a qual *jus publicum privatorum pactis mutari non potest* (não pode o direito público ser alterado pelas convenções particulares).⁶⁹

Da boa-fé objetiva abstrai-se o comportamento moral da parte no que tange até mesmo à sua reputação. E até aquele naturalmente desonesto deve comportar-se com lealdade, probidade e confiança nas relações obrigacionais ou no negócio jurídico, por ser este um preceito de natureza constitucional que a todos se impõe “[possuindo] um valor autônomo, não relacionado com a vontade”.⁷⁰ Pode-se concluir que a cláusula geral de boa-fé no Direito pátrio expõe um modo de raciocinar próprio da *common law* que exige do magistrado a “tarefa de elaborar um juízo valorativo dos interesses em jogo, cujo conteúdo só pode ser determinado no

⁶³ LOUREIRO, L. G. Op. cit., p. 349.

⁶⁴ PRETEL, Mariana Pretel e. **A Boa-Fé Objetiva e a Lealdade no Processo Civil Brasileiro**, p. 22.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ In STF RE 248.869-1 São Paulo, D. J. 12.03.2004.

⁶⁸ MARQUESI, Roberto Wagner. **Fronteiras entre o Direito Público e o Privado**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 908. 28 dez. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7788> Acesso em: 22.out.2009.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ SILVA, Clóvis do Couto e. **O princípio da boa-fé no direito brasileiro e português**, p. 42.

caso concreto”.⁷¹ Como cláusula geral condicionante da atuação do magistrado, obriga-o “ao examinar o caso, a fixar a norma de acordo com a realidade do fato e estabelecer o princípio a que a cláusula geral adere, para, [após], confrontar a conduta efetivamente realizada com aquela que as circunstâncias recomendavam”.⁷²

Nesse sentido, tem-se o exemplo de que a resolução contratual por onerosidade excessiva poderá ser evitada “oferecendo-se o réu a modificar equitativamente as condições do contrato” (CC art. 479). De tal modo que,

caso o réu não concorde em modificar equitativamente as condições do contrato e sendo de interesse da parte onerada a manutenção do contrato, o juiz pode, *ex-officio*, corrigir as distorções e modificar a cláusula contratual, fazendo a revisão judicial do contrato. O fundamento para esse agir do juiz, é a incidência das cláusulas gerais da função social do contrato (CC 421) e da boa-fé objetiva (CC 422), bem como a natureza jurídica de normas de ordem pública, de que se revestem referidas cláusulas (CC 2035 par. ún.).⁷³

4.2 O princípio da boa-fé subjetiva

A boa-fé subjetiva, ao contrário da objetiva, relaciona-se com “a avaliação individual e interna do ser sobre determinada situação. Trata-se da boa-fé crença”⁷⁴ cujos contornos “[revelam] a preocupação com a proteção da confiança e com a tutela das realidades materiais subjacentes, concretizando a garantia concedida pelo Direito a esses valores jurídicos”,⁷⁵ confundindo-se, de certo modo, com a lealdade.⁷⁶ Submete sob este ângulo a valoração da conduta do agente que age na crença de que se comportou de acordo com o direito, estando o sujeito “em” ou “de” boa-fé, impondo-se ao magistrado observar ou considerar a sua intenção no que tange à relação jurídica, assim como o seu estado psicológico ou convicção íntima.⁷⁷ Entende que “a boa-fé constitui atributo natural do ser humano, sendo a má-fé o resultado de um desvio de personalidade”.⁷⁸ Pode ser traduzida de modo tal que

sua concepção se [encontra] ligada ao voluntarismo e ao individualismo que informam o Código Civil de 1916, podendo ser definida como um estado psicológico contraposto à má-fé, em que há ausência de má-fé, fundada em um erro de fato, ou melhor, em um estado de ignorância escusável. É traduzida como estado íntimo, de crença, de um estado de

⁷¹ GURGEL, F. P. do A. Op. cit., p. 101.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A. Op. cit., p. 359.

⁷⁴ GONÇALVES, C. de J. M. Op. cit., p. 7.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 8.

⁷⁶ LOUREIRO, L. G. Op. cit., p. 347.

⁷⁷ PRETEL, Mariana Pretel e. Op. cit., p. 20.

⁷⁸ STOCO, Rui. **Abuso do direito e má-fé processual: Aspectos Doutrinários**, p. 37.

ignorância de uma pessoa que se julga titular de um direito mas que, em verdade, é titular exclusivamente de seu juízo e imaginação.⁷⁹

A “boa-fé subjetiva, em sua concepção psicológica, sempre se baseia numa crença ou numa ignorância. [O CC art. 1242⁸⁰ permite defluir que] a boa-fé *ad usucapionem* é a crença [convicção] de que o possuidor seja titular legítimo do direito de propriedade”.⁸¹ Assim, a boa-fé subjetiva, cuja natureza jurídica “é fonte de interpretação da manifestação de vontade unilateral ou negocial” (CC arts.112 e 113),⁸² protege aquele que contrata com base na confiança demonstrada por um negócio aparente e se encontra “num estado de consciência tal que ignora estar prejudicando um direito alheio tutelado pelo direito, [sendo, por isso mesmo, sua] ignorância escusável”.⁸³

A conclusão é que “a boa-fé subjetiva expressa um estado psíquico do sujeito em uma relação jurídica. Nesse contexto, a boa-fé pertence ao foro íntimo de alguém [que] não têm ciência de irregularidades na relação”.⁸⁴ Distingue-se da boa-fé objetiva, pois mediante esta “[a atividade jurisdicional] não penetra no mundo psíquico do contratante e de seus propósitos subjetivos, assim como o faz na análise da boa-fé subjetiva”.⁸⁵

4.3 O princípio da probidade

O princípio da probidade – retidão de caráter, integridade, brio – alia-se à busca da justiça, do equilíbrio e igualdade nas prestações obrigacionais, que propugnam pela segurança das relações jurídicas. É um preceito cujo valor extrai-se da honestidade, integridade de caráter, no seu aspecto subjetivo, “[qualificando] a moralidade, a honestidade, a lisura dos negócios [jurídicos], o desempenho legítimo e reto do comportamento humano”.⁸⁶ No aspecto objetivo, principalmente no que tange à Administração Pública, fundamenta-se no artigo 37 da Constituição, parágrafo 4º, que se qualifica como “espécie de moralidade que equivale a um

⁷⁹ HORA NETO, João. *O princípio da boa-fé objetiva no Código Civil de 2002*. Revista da ESMESE, nº 2, 2002 – Doutrina – 229 a 242. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br> Acesso em 08/09/2009.

⁸⁰ “Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos.”

⁸¹ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A. Op. cit., p. 338.

⁸² Ibidem.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ GURGEL, F. P. do A. Op. cit., p. 155.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ BULOS, U. L. Op. cit., p. 819.

reclamo contra a desonestidade, o enriquecimento ilícito, a desonestidade e a má-fé”.⁸⁷

Tem sido ponderado que “o princípio da moralidade [possui uma maior] amplitude se comparado à probidade e à boa-fé. A probidade volta-se para um particular aspecto da moralidade e a boa-fé liga-se mais [à] confiança”.⁸⁸ Obviamente, tal se dá quando se volta às relações que ocorrem dentro da atividade pública. Nas relações de caráter privado, a própria disposição analítica dos preceitos da probidade e da boa-fé ressalta o seu valor individual enquanto balizadores dos negócios jurídicos. Nesse sentido, a probidade exsurge como um preceito de valor constitucional que deve regular as relações sociais privadas – e públicas – na conclusão, na execução e nas tratativas pré-contratuais. Lembra-se que o artigo 2035, parágrafo único das disposições finais e transitórias, estatui que “nenhuma convenção prevalecerá se contrariar preceitos de ordem pública, tais como o estabelecido por este Código para assegurar a função social da propriedade e dos contratos”. Desta concepção a função social, a boa-fé e a probidade são preceitos de ordem pública, “o que implica seu conhecimento e aplicação *ex-officio* pelo juiz, independentemente de pedido da parte ou do interessado [...] não se sujeitando à preclusão”.⁸⁹ Todavia, no que tange aos contratos bancários é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas (Súmula STJ nº 381), o que contraria os princípios constitucionais que regulam as relações negociais balizada pelo Código Civil. Demonstra ainda a influência do sistema econômico sobre o sistema jurídico face sua natureza alopoiética.

A violação do preceito da probidade e boa-fé – e da função social – pode resultar na resolução contratual que pode ser evitada, considerando-se que “o juiz pode, *ex-officio*, corrigir as distorções e modificar a cláusula contratual, [mediante] a revisão judicial do contrato”⁹⁰. A permissão ao juiz nasce da “incidência das cláusulas gerais da função social do contrato e da boa fé objetiva, bem como da natureza jurídica das normas de ordem pública, de que se revestem referidas cláusulas”,⁹¹ refletindo a supremacia do interesse público sobre o particular, e “são imperativos que devem ser reconhecidos de ofício pelo julgador para que se tenha a

⁸⁷ BULOS, U. L. Op. cit., p. 819.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A. Op. cit., p.338, 384 e 851.

⁹⁰ Ibidem, p. 359.

⁹¹ Ibidem.

correta prestação jurisdicional por parte do Estado-juiz”.⁹² Embora possam ser objeto de manifestação *ex-officio* do magistrado, entendem alguns que o instituto do prequestionamento seria aplicável às questões de ordem pública, havendo necessidade de manifestação das instâncias inferiores para que, se for o caso, se manifestem os Tribunais Superiores.⁹³ Visto assim, referida exigência contraria o ordenamento infraconstitucional e o direito fundamental do acesso à justiça, direito que não pode ser obstaculizado por questões meramente processuais. Ademais, a descon sideração dos preceitos da função social do contrato – fixado ao mesmo tronco constitucional da função social da propriedade e da solidariedade – qualificada que é pela equidade, probidade e da boa-fé, como cláusulas gerais, pode resultar na nulidade da relação negocial, segundo o entendimento relacionado ao art. 166 do Código Civil que estatui: “É nulo o negócio jurídico quando: “VII – a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.”

Nesse sentido, “o reconhecimento da nulidade [incidentalmente no processo ou por meio de ação] é matéria de ordem pública, não estando sujeito à prescrição, decadência ou preclusão”⁹⁴, o que fundamenta a iniciativa do magistrado para corrigir as cláusulas contratuais que agridem aqueles preceitos, consoante a inteligência do Código Civil.

5 ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS

A análise de acórdãos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, sob a égide do CC 1916 e 2002 e sob a égide do Texto Constitucional de 1988, permite aferir o tratamento àqueles preceitos ligados à função social do contrato e a relativização da autonomia da vontade, qualificados pelos princípios da probidade e boa-fé.

Nesse ângulo de observação, as Súmulas 454, 08.10.64, (STF) e 5, 21.05.90, (STJ) têm o seguinte teor: “Simples Interpretação de Cláusulas Contratuais não dá lugar a recursos extraordinário [não enseja recurso especial], a qual se contrapõe a Súmula 181, de 02.02.97, (STJ), que verbaliza: “É admissível

⁹² MIRANDA, Gladson Rogério de Oliveira. *Prequestionamento nas questões de ordem pública*. Jus Navigandi, Terezina, ano 8, n. 174, 27 dez. 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4806> Acesso em: 30 set. 2009.

⁹³ Ibid.

⁹⁴ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A. Op. cit., p. 228.

ação declaratória, visando a obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.” Uma consideração sistêmica dos princípios constitucionais em consonância dos princípios civilistas que deles derivam, parece apontar para uma incongruência no que tange à atividade jurisdicional voltada às questões negociais, como sumuladas. Isto porque, para que se possa concluir pela violação dos princípios da função social dos contratos, da probidade e da boa-fé, exige-se análise do conteúdo das cláusulas contratuais. Caso isso transite antes por uma ação declaratória, “visando obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual”, poderá ocorrer, em tese, haver ofensa do princípio constitucional da razoável duração do processo, entre outros, e um obstáculo ao acesso à justiça, especialmente no caso da análise constitucional pelo STF, de questões judiciais que têm o escopo de “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como ‘valores supremos’ de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social, na construção de uma sociedade justa e solidária, na prevalência dos direitos humanos, valores, direitos e garantias coligidos na dignidade da pessoa humana. Não se pode olvidar que as Súmulas em destaque se originaram antes da Constituição cidadã e antes do CC 2002.

5.1 Superior Tribunal de Justiça

O Superior Tribunal de Justiça, em diversas decisões, demonstra afinidade com os princípios da boa-fé e probidade. Por exemplo, o Acórdão relativo ao REsp 121.832, 21/09/1999, labora no sentido de que “acórdão que decide à base de interpretação de contrato não se expõe a recurso especial”. A decisão possui lastro na Súmula 5 “A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial”. Todavia, chama-se a atenção para a Súmula 181 “É admissível ação declaratória, visando obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual”. Contrapomos às súmulas, para uma compreensão extensiva, a possibilidade de revisão judicial dos contratos consoantes os artigos 317 referente à imprevisibilidade na execução contratual e 478, que trata da onerosidade excessiva, que permitem a revisão judicial dos contratos. Os dispositivos dos 317 e 478⁹⁵

⁹⁵ “Art. 317. Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento da sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação.” “Art. 478. Nos contratos de

autorizam a revisão judicial dos contratos, assim como “o sistema admite a revisão em outros casos, como quando houver a quebra da base do negócio, um desequilíbrio contratual, desproporção da prestação, violação da função social do contrato, ofensa à probidade e a boa-fé objetiva”.⁹⁶

Quanto ao artigo 317, que autoriza a correção judicial do valor da prestação desproporcional, a Jornada STJ 17 labora que: “A interpretação da expressão ‘motivos imprevisíveis’, constante do art. 317 do novo Código Civil, deve abarcar tanto as causas de desproporção não previsíveis, como também causas previsíveis, mas de resultados imprevisíveis.” A onerosidade excessiva, aquela que produz uma prestação desproporcional entre o momento de sua conclusão e o de sua execução, pode conduzir à resolução do contrato (art. 478), ao pedido de revisão de cláusula contratual (art. 317), mantendo-se o contrato quando o réu concorda em modificar equitativamente as condições do contrato (art. 479⁹⁷). O juiz pode agir neste sentido, autorizado pela aplicação das cláusulas gerais da função social do contrato (art. 421) e da probidade e boa-fé objetiva (art. 422).⁹⁸

No REsp nº 803.481 – GO (2005/0205857-0), 28/06/2007, o STJ decidiu “o julgado [objeto de recurso] não afronta aos princípios da boa-fé objetiva, da probidade e da função social do contrato. Todavia, pelos mesmos motivos expostos acima, o objeto principal do contrato, qual seja, a venda e compra de safra futura a preço certo, [não viola] tais princípios. A função social infligida ao contrato não pode desconsiderar seu papel primário e natural, que é o econômico. Este não pode ser ignorado, a pretexto de cumprir-se uma atividade beneficente. Ao contrato incumbe uma função social, mas não de assistência social. Por mais que o indivíduo mereça tal assistência, não será no contrato que se encontrará remédio para tal carência. O instituto é econômico e tem fins econômicos a realizar, que não podem ser postos de lado pela lei e muito menos pelo seu aplicador. A função social não se apresenta como objetivo do contrato, mas sim como limite da liberdade dos contratantes em promover a circulação de riquezas.” Continua o Acórdão em comento, asseverando que nos termos do art. 184, segunda parte, do CC/02, “a

execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.”

⁹⁶ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de. Op. cit., p. 299.

⁹⁷ “Art. 479. A resolução poderá ser evitada, oferecendo-se o réu a modificar equitativamente as condições do contrato.”

⁹⁸ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de. Op. cit., p. 358 e 359.

invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal". Portanto, "eventual abusividade de determinadas cláusulas acessórias do contrato não tem relevância para o deslinde desta ação. Ainda que, em tese, transgridam os princípios da boa-fé objetiva, da proibidade e da função social do contrato ou imponham ônus excessivo ao recorrido, tais abusos não teriam o condão de contaminar de maneira irremediável o contrato, de sorte a resolvê-lo. Quanto à boa-fé objetiva, esta se apresenta como uma exigência de lealdade, modelo objetivo de conduta, arquétipo social pelo qual impõe o poder-dever de que cada pessoa ajuste a própria conduta a esse arquétipo, agindo como agiria uma pessoa honesta, escoreita e leal. Não há nenhum indício de que a recorrente tenha agido de má-fé, com vistas a obter vantagem indevida frente ao recorrido. O que houve, de fato, foi uma negociação, em que cada parte procurou resguardar os interesses que, naquele momento, lhe pareciam mais relevantes. Nesse sentido também não há nenhuma ofensa ao princípio da proibidade, o qual pugna pela justiça, equilíbrio, igualdade nas prestações, tudo isso ligado à segurança das relações jurídicas."

Causa espécie a leitura do Acórdão quando proclama que *"ainda que, em tese, transgridam os princípios da boa-fé objetiva, da proibidade e da função social do contrato ou imponham ônus excessivo ao recorrido, tais abusos não teriam o condão de contaminar de maneira irremediável o contrato, de sorte a resolvê-lo"*. Isto porque a presença dessas iniquidades jurídicas contamina a relação contratual. Não se apresenta a função social do contrato, contrariando a dicção do Acórdão, apenas como limite da liberdade dos contratantes em promover a circulação de riquezas. Trata-se de um pressuposto constitucional garantidor de um comportamento solidário, simbiótico e interativo entre as partes cujo núcleo é a dignidade da pessoa humana. Na relação contratual deve prevalecer a máxima que proclama: "Contrato bom é aquele que é bom para todas as partes."

A decisão relativa ao EDcl no Recurso Especial nº 951.553 – TJ (2007/0090881-0), 26/08/2008, reconhece que *"o princípio do pacta sunt servanda, embora temperado pela necessidade de observância da função social do contrato, da proibidade e da boa-fé, em seu prisma objetivo, ainda continua plenamente válido em nosso ordenamento jurídico. Assim, têm os contratantes plena liberdade de pactuar normas a gerarem efeitos entre si, desde que estas não venham a ofender interesses sociais previstos na Constituição"*. A decisão confirma que o "exercício da

liberdade [de contratar] não se [funda] em suposto caráter absoluto do direito subjetivo, mas [encontra] limites no seu exercício [...] fundados em direitos, liberdades e garantias alheios”.⁹⁹

Deflui-se então que “a ofensa a interesses sociais previstos na constituição” pela não observância do princípio de probidade e boa-fé e da função social do contrato enseja a nulidade ou a revisão contratual, dependendo da leitura exegética que se faça do Código Civil em consonância com os princípios constitucionais relacionados.

5.2 Supremo Tribunal Federal

Antes do advento do Código Civil de 2002, havia uma tendência preponderante no judiciário na observação do princípio da boa-fé. Por exemplo, o Acórdão referente ao RE nº 80.783, de 11.04.75, relativo à *“compra e venda de veículo que estava onerado com alienação fiduciária, revestida das formalidades legais”*, o Supremo decidiu que *“não basta a alegação de boa-fé do comprador para afastar o direito do financiador sobre a garantia”*, destacando *“a responsabilidade do vendedor que oculta estar o veículo em garantia de contrato de alienação fiduciária”*. O voto do ministro Cordeiro Guerra labora que *“a simples omissão do gravame nos registro no Departamento do Trânsito onde deverá constar, não apaga o direito do credor erga omnes. [...] mesmo de boa-fé, quem adquirir um bem [...] objeto e garantia de um contrato de financiamento com alienação fiduciária, não pode eximir-se das conseqüências do inadimplemento do contrato anterior, objeto do financiamento garantido”*. Conclui o aresto: *“tal conclusão não impede que [o comprador] haja contra o [vendedor], na forma legal, para haver a reparação que lhes compete”*. Interessante destacar a Súmula 92, 27.02.97, que verbaliza: *“A terceiro de boa-fé não é oponível a alienação fiduciária não anotada no Certificado de Registro do veículo automotor.”* Em outro Acórdão, relativo ao RE nº 102649-9, de 10.09.85, que trata de *“compra e venda de imóvel”*, a Corte Maior decidiu que *“se um dos contratantes, ainda que de boa-fé¹⁰⁰, pretende cumprir sua obrigação de modo errôneo, não está o outro obrigado a aceitar o erro. Por isso mesmo, enquanto*

⁹⁹ BERNADRO, Wesley de Oliveira Louzada. **O princípio da dignidade da pessoa humana e o novo direito civil: breves reflexões**, p. 229 a 267.

¹⁰⁰ Trata-se da boa-fé subjetiva “a avaliação individual e interna do indivíduo sobre determinada situação. Trata-se da boa-fé crença”, relacionada com o art. 113 do CC/2002.

aquele não a cumprir de modo adequado, não está este obrigado a adimplir a sua”, em consonância com o artigo 1092 do CC/1916. Continua o aresto proclamando que “se os autores escolheram via inadequada – ainda que de boa-fé – para cumprir sua obrigação, e por isso mesmo não a cumpriram, de seu erro não podem agora extrair conseqüências favoráveis, em detrimento de outro contratante”.

No RE nº 108.100-7, de 30.06.86, o Acórdão relativo à *“ação de rescisão de contrato, compromisso de compra e venda de imóvel”*, garante *“o direito dos réus à retenção de benfeitoria, posto que construída de boa-fé”* em conformidade com o artigo 516 do CC/1916, atual 1219. Isso porque *“o direito à indenização só se admite nos casos em que há boa-fé do possuidor e seu fundamento se sustenta na proibição do Ordenamento Jurídico ao enriquecimento sem causa do proprietário, em prejuízo do possuidor de boa-fé”*.¹⁰¹ No caso, o *“contrato objeto dos autos – leonino e potestativo”*¹⁰² – *comina a perda de benfeitorias ao tempo em quem autoriza a erigi-las”*.

No AgRg. relativo ao Agravo de Instrumento nº 292-543-1, de 13/02/01, o Supremo decidiu que *“ao declarar simplesmente nulos os contratos celebrados pela Recorrente e Recorrida, sem comprovação de má-fé por parte da primeira, não lhe conferindo o direito à indenização, a decisão recorrida afrontou o § 6º do art. 231”*¹⁰³ *da Constituição Federal, pelo que merece ser reformada”*. De modo que, *“em se tratando de EXTINÇÃO e NULIDADE, os efeitos da declaração constitucional retroagem à época da celebração dos contratos em 10/12/83, não gerando direitos à perdas e danos por inexecução contratual, salvo quanto à ocupação de boa-fé, situação de todo inconfundível [decorrente] de licitação e contrato regular”*.

No que tange ao aresto relativo à Tutela Antecipada em Ação Cível Originária 970-1, Pará, 27/07/2007, a Corte reconheceu a *“incidência do princípio da boa-fé no âmbito dos convênios administrativos”*. Continua laborando o Acórdão

¹⁰¹ NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de. Op. cit., p. 585.

¹⁰² “Diz-se da condição que torna a execução contratual dependente de uma convenção que se acha subordinada à vontade ou ao arbítrio de uma ou outra das partes.” In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, p. 1374.

¹⁰³ “Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, **salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.**” (grifo acrescentado).

“que convênio e contrato administrativo não se confundem. A distinção entre ambos está assentada na doutrina especializada sobre o tema [...]. Por isso que o princípio da boa-fé [ao contrário do que alega a União] incida com maior força no âmbito dos convênios administrativos, pois nestes, ao contrário dos contratos, existem interesses paralelos e comuns. Nos convênios, a cooperação é o elemento fundamental, o que ressalta ainda mais a necessidade de que as partes atuem com lealdade no cumprimento de todos os seus termos”. O MS 27962, 26/04/2009, na mesma trilha, reconheceu que “os postulados da segurança jurídica, da boa-fé objetiva e da proteção da confiança, enquanto expressões do Estado Democrático de Direito, mostram-se impregnados de elevado conteúdo ético, social e jurídico, projetando-se sobre as relações jurídicas, mesmo as de direito público, [...]”

Deflui-se mediante esses rápidos excertos, que a Suprema Corte tem considerado em suas decisões, pela sua relevância e natureza constitucional, o respeito aos princípios da probidade e da boa-fé. Como preceitos de natureza constitucional, os princípios da função social, da probidade e boa-fé, alojados no âmbito da dignidade da pessoa humana, como expressões da solidariedade, da fraternidade, da liberdade e da igualdade, merecem em sede de recurso extraordinário, ser objeto de apreciação da Corte Máxima. Isto porque entre as suas atribuições encontra-se julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo desta Constituição. (art. 101, III, a, CF/88).

6 CONCLUSÃO

A pesquisa relacionada aos princípios de probidade e boa-fé, conjugados à função social do contrato ou das relações negociais, conduz à conclusão de sua importância e relevância no âmbito civil-constitucional do ordenamento jurídico pátrio. Suas raízes constitucionais fundadas na solidariedade, na fraternidade, numa sociedade justa e que pauta pelas relações sociais dirigidas ao bem-comum, estribadas nos princípios da liberdade e da igualdade e no vetor constitucional da dignidade da pessoa humana, os situam como valores a ser observados no âmbito da convivência social e nas inúmeras relações que dela nascem. As relações sociais se conectam aos valores econômicos, culturais, religiosos, ambientais que carecem de um comportamento probo, honesto, leal, de confiança, para que a comunidade,

mais especificamente seus membros, se sinta segura e confiante para o desenvolvimento e a realização de sua personalidade em consonância com a dignidade que lhes é devida. São inescusáveis os que renegam a solidariedade e o bem-comum como núcleos centrais ao quais se fixam todas as atividades humanas, cujos resultados podem ser percebidos pelo amplo e generalizado comportamento egoísta e egocêntrico que assola a sociedade como um todo. Nesse sentido, cabe ao Judiciário dirimir as dúvidas e as violações que maculam, nas diversas e inúmeras relações sociais, os preceitos ou princípios da boa-fé, da probidade, da função social, da solidariedade, da liberdade, da igualdade que são manifestações e expressões da dignidade humana, objetivo macro do Estado Democrático. Conclui-se que os valores constitucionais que envolvem as relações negociais merecem uma atenção cuidadosa da Corte Maior, ainda que a legislação infra-constitucional representada pelo Código Civil tenha recebido a devida consideração da Segunda Maior Corte pátria.

Conclui-se que os valores e princípios constitucionais que relacionados às relações sociais negociais, a função social, a probidade e a boa-fé, merecem uma atenção cuidadosa da Corte Maior, ainda que a legislação infraconstitucional representada pelo Código Civil tenha recebido a devida consideração da Segunda maior Corte pátria. Todavia, os valores e princípios constitucionais que emanam das relações sociais parecem exigir uma intervenção do Supremo, cuja função maior se justifica como guardião dos direitos e garantias em respeito aos fundamentos e objetivos fundamentais da República e ao vetor constitucional da dignidade da pessoa humana.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGHER, Anne Joyce. ***Litigância de Má-Fé no Processo Civil***. 1 ed. São Paulo: Editora Rideel, 2005.

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. ***Dicionário Jurídico Brasileiro***. Ed. ampl., rev. e atualizada. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2000.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. ***Princípios do novo direito contratual e desregulamentação do mercado***. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, nº 750, p.113-120.

BETTI, Emilio. ***Teoría general de las obligaciones***. Madrid. *Revista de Derecho Privado*, 1970.

BULOS, Uadi Lâmmego. **Curso de Direito Constitucional**. 2 ed. de acordo com a EC n. 56/07. São Paulo: Saraiva, 2008..

_____. Constituição Federal Anotada. 5 ed. ver. e atualiz. até a EC 39/2002. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. MS 27962 MC/DF-Distrito Federal. Impte.: SUELI TEIXEIRA TAVARES (representada por Therezinha de Jesus Maria Almeida Tavares); ADV.: JOÃO GUILHERME CARVALHO ZAGALLO. Impdo.: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Processo nº 00277220015). Adv.: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO. DJe-079 DIVULG 29/04/2009. PUBLIC. 30/04/2009.

_____. Tutela Antecipada em Ação Cível Originária 970-1 PARÁ. Autor: ESTADO DO PARÁ. Adv.: PGE-PA ANTONIO SABOIA DE MELO NETO. Réu: UNIÃO. Advogado: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO. TUTELA ANTECIPADA EM AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 970-1 PARÁ. DJE nº 165. Div. 18/12/2007. Pub. 19/12/2007. DJ 19/12/2007. Ementário nº 2304-1.

_____. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 292-543-1 Distrito Federal. Rel.: Min. NELSON JOBIM. Agrav.: SERBA S/A. Adv.: MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA E OUTROS. Agrav.: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. Adv.: ADVOGADO GERAL DA UNIÃO. 13/02/2001. Publ. DJ 30.03.2001. Segunda Turma.

_____. Recurso Extraordinário nº 108.100-7 – São Paulo. Recte.: SILVIO SÉA e sua mulher. Recdo.: JOAQUIM AUGUSTO LACERDA DE CAMARGO. 30.06.86 Segunda Turma. Publ. DJ 22.08.86.

_____. Recurso Extraordinário nº 102.649-9 – Paraná. Recte.: JÚLIO CEZAR MÜLLER E SUA MULHER. Recdo.: EROS ALDO SILVEIRA LEPCA E SUA MULHER. 10 setembro 1985. Primeira Turma. Pub. DJ 27.09.85.

_____. Recurso Extraordinário nº 80.783 – Paraná. Recte.: BAMERINDUS S/A. FINANCIAMENTO, CRÉDITO E INVESTIMENTO. Recdo.: RAFAEL ROIK. 11.4.75. Segunda Turma.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial 933337/RS (2007/0052301-0); Rel.: Min.: JOÃO OTAVIO DE NORONHA. Órgão Julgador: T4 - Quarta Turma. Data Do Julgamento: 23/06/2009. Data da Publicação: DJe 04/08/2009.

_____. EDcl no Recurso Especial nº 951.553 - RJ (2007/0090881-0). Rel.: Min. ARNALDO ESTEVES LIMA. Embte.: EDENEA WAGNER AGUIEIRAS. Adv.: DENIELLE CORÊA MARIANO DE CAMPOS. Embdo.: GEORGINA VIEIRA NICOLAU. Adv.: JOSÉ WANDER GOMES E OUTRO. Data da Publicação: DJ 20/10/2008.

_____. Recurso Especial nº 803.481-GO (2005/0205857-0) Rel.: Min. NANCY ANDRIGHI. Recte.: CARGIL AGRÍCOLA S/A. Adv.: ABILIO EVNAGELISTA CARNEIRO E OUTRO. Recdo.: LUIZ FERREIRA LIMA. Adv.: RENATO MENDONÇA SANTOS. Data da Publicação: DJ 01/08/2007.

_____. Recurso Especial nº 121.832 – SC (97/0014900-5). Rel. Min. ARI PARGENDLER. Recte. FEMEPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS S/A. Adv.: MARIA DE LOURDES TARANTO PIAZZA E OUTROS. Recdo.: DIEDRO ENGENHARIA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Adv.: FRANCISCO MARTINS LEITE CAVALCANTI E OUTROS. Subst. Oral: MARIA DE LOURDES TARANTO PIAZZA, PELO RECTE. e FLAVIO LUIZ MEDEIROS SIMÕES, PELA RECDA. Data da Publicação: DJ 03/11/1999.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **A atual teoria geral dos contratos**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7267> Acesso em: 26/08/2009.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu Sobre o Direito Europeu dos Contratos. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?> Acesso em: 18/08/2009.

CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS. Adotado em: **Viena**. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm> Acesso em: 18/08/2009.

CORDEIRO, Antonio Manoel da Rocha e Menezes. **Da Boa-Fé no Direito Civil**. 3ª reimpressão. Coimbra: Almedina, 2007.

DELGADO, José Augusto. **Reflexões Sobre o Negócio Jurídico**. Disponível em <http://bdjur.stj.gov.br> Acesso em: 26/08/2009.

FONSECA, Alessandro. **Breves Comentários Sobre a Função Social dos Contratos**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/4729/1/> Acesso em: 18/08/2009.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Da Política Nacional de Relações de Consumo**. In: GRINOVER, Ada Pellegrini et alli. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 6 ed. rev. e atual. até julho de 1999. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. **Princípio da Boa-Fé Perspectivas e Aplicações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GUERSONI, Angelo Junqueira. **Boa-Fé Objetiva no Direito Contratual do Código Civil Brasileiro**, 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

GURGEL, Fernanda Pessanha do Amaral. **Direito de Família e o Princípio da Boa-Fé Objetiva**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed.m rev. e atualiz. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

HORA NETO, João. O **Princípio da Boa Fé Objetiva no Código Civil de 2002**. Revista da ESMESE, n2, 2002. Disponível em <http://bdjur.stj.gov.br> Acesso em 18/08/2009.

JUNQUEIRA, André Luiz. **A boa-fé objetiva nas relações condominiais**. Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/41242> Acesso em: 04/08/2009.

LEITE, Gisele. **Roteiro sobre o princípio da boa fé objetiva**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 5, nº 194. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1530> Acesso em: 8 set. 2009.

LIMA, Alberto Jorge Correia de Barros. **Shakespeare, Von Ihering e a interpretação do contrato**. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?od=1889> Acesso em 26/08/2009.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Curso Completo de Direito Civil**. 1 ed. São Paulo: Editora Método, 2007.

Martins-Costa, Judith Hofmeister. **A Boa Fé no Direito Privado**. 1 ed., 2 tiragem. São Paulo: Editora RT, 2000..

MATHIA, Joana. **Good Faith In Commercial Contracts: A Comparative Study of English and Brazilian Law**. Revista do Curso de Direito da UNIFACS, Nº 109 (2009). Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/728> Acesso em: 18/08/2009.

MELLO, Renata Rapold. **A Função Social dos Contratos**. Disponível em www.juspodivm.com.br Acesso em: 18/08/2009.

MIRANDA, Gladson Rogério de Oliveira. **Prequestionamento nas questões de ordem pública Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 174, 27 dez. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4606>>. Acesso em: 30 set. 2009.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais. Teoria Geral. Comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. Doutrina e Jurisprudência**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

MÜLLER, Mary Stela e CORNELSEN, Julce Mary. **Normas e Padrões para Teses, Dissertações e Monografias**. 6 ed. atualiz. Inclui capítulo de Rogério Paulo Müller Fernandes e CD-ROM. Londrina: Editora Eduel, 2007.

NEGREIROS, Teresa. **Fundamentos para uma Interpretação Constitucional do Princípio da Boa-Fé**. 1 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

NERY JUNIOR, Nelson. **Da Proteção Contratual. A boa-fé como princípio basilar das relações de consumo**. In: GRINOVER, Ada Pellegrini et alli. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor* comentado pelos autores do anteprojeto. 6 ed. rev. e atual. até julho de 1999. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. **CÓDIGO CIVIL ANOTADO e Legislação Extravagante**. 2 ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

NEVES, Geraldo Serrano. **Teoria da Imprevisão e Cláusula Rebus Sic Stantibus**. Edição Libe E-book Brasil. Copyright: © 2001-2006 Paulo Mauricio Serrano Neves.

PRETEL, Mariana Pretel. **A Boa-Fé Objetiva e a Lealdade no Processo Civil Brasileiro**. 1 ed. Porto Alegre: Nuria Fabris Editora, 2009.

REALE, Miguel. **Função Social dos Contratos**. Disponível em <http://www.miquelreale.com.br/artigos/funsocont.htm> Acesso em: 18/08/2009.

ROSENVALD, Nelson. **O Princípio da Boa-Fé**. Revista do Tribunal Regional Federal 1ª Região, Brasília, v. 15, n. 10, out. 2003. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br> Acesso em: 04/08/2009.

SILVA, Clóvis do Couto e. In: FRADERA, Vera Maria Jacob (Org.). O princípio da boa-fé no direito português e brasileiro. **O direito privado brasileiro na visão de Clóvis do Couto e Silva**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SOUZA, Rodrigo Trindade de Souza. **Função Social do Contrato de Emprego**. 2007, 328 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

STOCO, Rui. **Abuso do direito e má-fé processual: Aspectos Doutrinários**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TALAVERA, Glauber Moreno. **A Função Social do Contrato no Novo Código Civil**. Revista CEJ. Brasília, n. 19, p. 94-96, out./dez. 2002.

TARUCE, Flávio. **Função Social dos Contratos e Código de Defesa do Consumidor ao Código Civil de 2002**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Método, 2007.